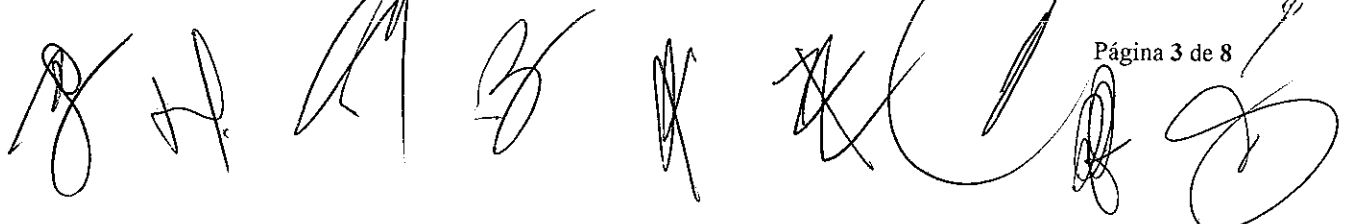


ATA DA 336ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos dezenove dias do mês de julho do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto De Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciano Alencar Negrão Caserta, Marcia Regina Garutti, Rafael Valle Vernaschi, Representando a Ouvidoria-Geral Samanta Romano Tresinari Granjeiro, e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. Ausente justificadamente: Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva e Rafael Bessa Yamamura. O Presidente iniciou a sessão às 09h55min comunicando que, neste próximo sábado, será publicada no Diário Oficial a composição das Comissões Organizadoras das Pré-Conferências Regionais. Relatou que, na próxima semana, será realizada uma reunião preparatória com as respectivas comissões, a fim de discutirem a metodologia de trabalho e garantir o monitoramento das atividades em todas as regionais da instituição. Apontou que, em breve, será divulgada a escala de participação dos integrantes dos Núcleos Especializados, de modo que haja ao menos um representante em cada pré-conferência. Comunicou que, na última quarta-feira, houve a aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 207/12, e saudou pela grande conquista da autonomia concedida à Defensoria da União. Comunicou que, na última quinta-feira, a Defensora Pública-Geral compartilhou informações, através da mensageria oficial, sobre o andamento dos anteprojetos de lei que trata da majoração nos vencimentos dos Defensores e Servidores, e narrou que o tema é tratado como prioridade pela Administração Superior. Informou que após a sanção da Lei Complementar nº 1.203/2013, a Administração Superior elaborou uma proposta de distribuição de cargos de servidores, e abordou que a proposta contempla as manifestações provenientes de consultas realizadas à carreira de Servidores e de Defensores, além do trabalho desenvolvido pela Primeira Subdefensoria e Assessoria Técnica Psicossocial. Comunicou que, na última quinta-feira, foram iniciadas as obras de reforma do local destinado a triagem da Capital, localizada na Rua Boa Vista, nº 150. Apontou que as obras são necessárias para que o espaço forneça condições de receber e acomodar os usuários da instituição, e relatou que o prazo contratual para execução dos trabalhos de cinco meses. Comunicou que, na última terça-feira, a Primeira Subdefensoria em companhia do Assessor da Terceira Subdefensoria, Marcos Henrique Caetano, estiveram em audiência com o Desembargador Antonio Carlos Malheiros, após o pedido da Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública. Apontou que foi externado ao Magistrado que um Juiz do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude da Capital havia emitido uma ordem de serviço nomeando dois advogados dativos, concordando com a aplicação de medidas socioeducativas, independente da oitiva ou apresentação dos adolescentes. Relatou que o Desembargador Antonio Carlos Malheiros se mostrou surpreso com o relato, e se comprometeu a intervir para que o magistrado responsável a revogue a medida. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretária. Justificou a ausência dos Conselheiros Luis Gustavo Fontanetti e Rafael Bessa Yamamura em razão de férias. Não havendo mais comunicações da Secretária, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou à palavra a primeira inscrita, Integrante da Pastoral Carcerária, Heidi Cerneka. Ela relatou que desde o ano de mil novecentos e noventa e sete ela realiza visitas a presídios no Estado e, percebeu que as mulheres presas, no momento do encarceramento, perdiam o vínculo com seus filhos. Identificou que havia muitos casos que não chegavam ao conhecimento da Pastoral Carcerária, mas a problemática ainda persiste. Apontou que, desde o ano de dois mil e onze, a Pastoral Carcerária, a Ouvidoria Geral e os Núcleos Especializados de Situação Carcerária, Defesa dos Direitos da Mulher, e da Infância e Juventude iniciaram um trabalho sistemático de atendimento às mães e grávidas no sistema prisional no Estado. Apontou que, deste trabalho, surgiu o projeto “mães do cárcere”, elaborando uma proposta política institucional para o atendimento das mães e gestantes presas no Estado. O Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Defensora Pública Fernanda Balera. Ela informou ter participado do projeto, e proferiu a leitura de uma carta relatando o histórico na construção da política institucional de atendimento às mulheres presas, citando que houve a participação de diversos Defensores

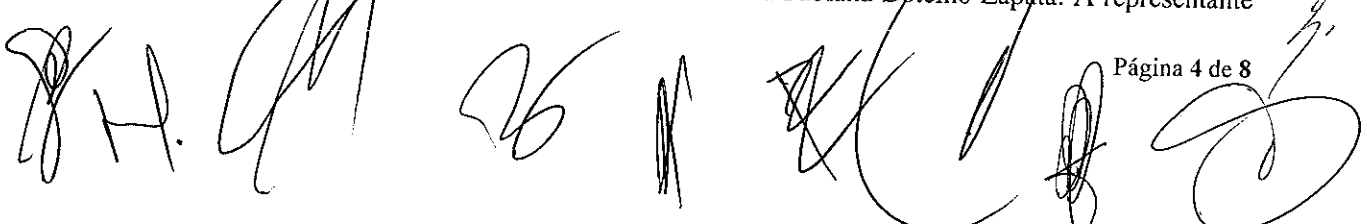
e de integrantes da sociedade civil. Por fim, pediu a celeridade na análise do processo que trata do tema, qual seja o processo CSDP nº 215/13. O Conselheiro Davi Depiné parabenizou a todos os envolvidos no projeto em especial os Defensores e Servidores que atuam no Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Analisou que a proposta apresentada consiste numa atividade integrada de rotina para a Defensoria, e visa sistematizar algumas atividades que a instituição já desenvolve. Avaliou que a instituição encontra dificuldades em exceder as demandas trazidas pelos usuários, atendendo-os de forma integral e articulada internamente na Defensoria Pública. Apontou que a questão trazida mostra a possibilidade de uma atuação nas esferas cível e criminal, por meio de uma articulação entre os Defensores, de modo que a atuação seja ainda mais consistente e efetiva na defesa das mulheres encarceradas, bem como a integração familiar com seus filhos. O Presidente agradeceu a vinda das interessadas, e parabenizou o trabalho de todos os envolvidos. Externou que a proposta elaborada pela Primeira Subdefensoria foi construída de forma participativa e legítima. Apontou que a instituição enfrenta o desafio de integrar seus diversos órgãos, e avaliou que há diversas rotinas que não foram normatizadas e que serão objeto de disciplina a construída de forma permanente ao longo dos próximos anos. A Conselheira Franciane Marques informou ter trabalhado no projeto, e elogiou a iniciativa e o trabalho desenvolvido. Manifestou ser favorável à normativa para sistematizar esse trabalho, e mostrou a dificuldade de encaminhar casos oriundos do sistema prisional aos Defensores que atuam na área cível e infância. Por fim, indagou sobre as tratativas junto ao Tribunal de Justiça do Estado, acerca da utilização de sinalizações em processos cíveis nos quais mulheres presas sejam interessadas. O Conselheiro Davi Depiné considerou que a sinalização seria importante para que as audiências que envolvessem filhos de mulheres encarceradas não ocorressem sem a presença da mãe. Respondeu que esteve na Corregedoria Geral de Justiça, acompanhado por representantes da Ouvidoria-Geral e da Pastoral Carcerária, mas o pleito foi negado. Após as manifestações com relação ao tema, o Presidente sugeriu que o processo fosse excetuado a pauta como primeiro item da ordem do dia. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Conselheira Franciane Marques indagou se houve sanção pelo Governador sobre o projeto de lei que prevê a criação do Departamento Estadual de Execução Criminal e do Departamento Estadual de Inquéritos Policiais. O Presidente apontou que no Estado de São Paulo há o prazo de quinze dias úteis para sancionar ou vetar o projeto, ainda não decorridos e que ainda não houve posicionamento por parte do Governador. Relatou que após o posicionamento do Governador, a administração superior irá se reunir com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária e Assessoria Criminal para avaliar as medidas cabíveis. O Conselheiro Rafael Vernaschi manifestou o pedido aos seus pares que façam suas manifestações de maneira mais breve e que os inscritos ao momento aberto observem o tempo e momento regimental para exposição. Avaliou que existem diversos processos acumulados na ordem do dia em razão da prolixidade das manifestações. Pediu celeridade na deliberação ao processo de hipossuficiência, CSDP nº 007/12, e manifestou o interesse de agendar-se sessão extraordinária para julgar os autos. O Presidente sugeriu tratar sobre o tema em momento oportuno. O Representante da Apadep, Rafael Português relatou sobre as participações em debates durante a semana, citando o relatório final do novo Código de Processo Civil e da PEC nº 247/13. Apontou que a Anadep e o Condege articulam uma mobilização nacional em prol da apreciação pelo Congresso Nacional do veto presidencial ao PLP nº 114/11, que altera a lei de responsabilidade fiscal e desvincula o orçamento de custeio e investimentos das Defensorias Estaduais das despesas do Poder Executivo local. O Conselheiro Luciano Alencar informou que houve a finalização de seu voto como relator do concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2013, e apontou que resta a apreciação do voto pelo revisor, Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti, que se encontra em gozo de férias. Agradeceu a Defensoria Pública Geral e aos colegas de sua Unidade pela compreensão no afastamento de suas atividades para proferir o voto. Agradeceu a ida da Corregedoria-Geral na Unidade de São Bernardo do Campo, onde atua, para a realização de correição. Enalteceu o trabalho realizado pelo papel orientador do órgão e não exclusivamente fiscalizatório ou punitivo. O Conselheiro Davi Depiné comunicou que houve o recorde de atendimento na Avenida Liberdade, na última terça-feira, relatando que a triagem da Capital realizou seiscentos e cinquenta atendimentos, e informou que a média da unidade é de quatrocentos e cinquenta pessoas. O Presidente ingressou na ordem do dia, chamando para discussão o

processo CSDP nº 215/13 (Excetuado a pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator proferiu seu voto pedindo a abertura de consulta pública à carreira e demais interessados, por meio de mensageria eletrônica e publicação no Diário Oficial, a fim de colher manifestações acerca do tema. Justificou que estará em licença prêmio nos próximos quinze dias, e sugeriu que a consulta pública fosse realizada neste período. Também votou pela conversão do processo em diligência, para que neste período, fossem enviados os autos à Edepe para manifestação. O Presidente sugeriu o término das manifestações para o dia sete de agosto, retornando os autos ao relator na sessão seguinte. Encaminhou para deliberação e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto do relator, consignando que a consulta pública se encerraria no dia 07 de agosto de 2013. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo de consulta pública nos termos do comunicado publicado. Deliberou ainda, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de expedir ofício à Escola da Defensoria Pública do Estado. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator sugeriu iniciar a análise do processo sobre as questões de atendimento. O Presidente sugeriu que o relator agendasse uma nova reunião pela Comissão convidando a Defensora Pública Gislaine Calixto e a Defensora Natalia Nora envolvidas no projeto de sistema "Defensoria Online", a fim de participarem da discussão da fixação de rotinas. O Conselheiro Rafael Vernaschi sugeriu delimitar-se com clareza o objetivo a ser discutido. A Conselheira Juliana Saad sugeriu que a análise da rotina pela Comissão se inicie pelo atendimento, abertura do processo, instrução do processo e arquivamento do processo, fechando todo o ciclo da área específica. O Presidente sugeriu a prorrogação dos autos por mais 90 dias, a fim de iniciar os debates pela Comissão constituída, recomendando que o início dos trabalhos se dê pela análise: a) atendimento, b) abertura, c) instrução e d) encerramento dos expedientes de registro (processos). O Presidente encaminhou para deliberação e se aprovou por unanimidade a sugestão. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para apresentação dos trabalhos iniciais. CSDP nº 195/11. Interessado: Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Pedido de adequação do valor de auxílio transporte. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator pediu a conversão de diligência para que a CGA se manifeste, no prazo de 15 dias, acerca da proposta enviada pelos servidores da instituição. O Presidente encaminhou para deliberação e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência, a fim de expedir ofício a Coordenadoria Geral de Administração. CSDP nº 007/12. Interessado: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Presidente resgatou as discussões acerca do tema, e indagou se os Conselheiros se sentiam aptos para elencarem os pontos importantes da proposta a ser deliberada. Não havendo manifestações, sugeriu que fossem trazidos, na próxima semana, os destaques para apreciação, a fim de avaliarem a necessidade de realizarem uma sessão extraordinária para discussão do tema. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 121/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a conversão da licença-prêmio em pecúnia. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 274/12. Interessado: Arthur Soares Pinto Moser. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 134/09, que estabelece regras para a cobrança de honorários de sucumbência arbitrados pela autoridade judicial. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. A Conselheira Juliana Saad pediu prorrogação de sua vista para dar continuidade à análise de dados levantados no âmbito da Terceira Subdefensoria. O Presidente encaminhou para deliberação e se aprovou por unanimidade. O



Página 3 de 8

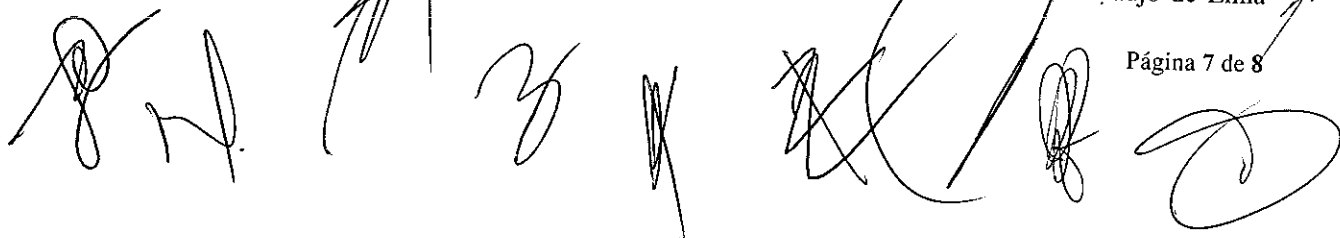
Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de Deliberação para disciplinar a sistemática dos sorteios no âmbito da instituição. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselheiro Davi Depiné proferiu o voto vista no sentido de acompanhar o voto do relator, mas com pequenas ressalvas. Destacou em seu voto que, o relator sugeria que os sorteios ocorressem sempre em momento prévio as sessões do Conselho Superior, ou seja, apenas às sextas-feiras. Assim sugeriu que, a fim de que não houvesse rígida previsão, deu-se nova redação ao artigo 2º: “os sorteios serão públicos e realizados no local onde ocorressem as sessões do Conselho Superior, com divulgação prévia do dia, horário, lista dos candidatos e se preenchem os requisitos exigidos”. Em relação à providência de gravação, sugeriu apenas a inclusão de um parágrafo único, visando aperfeiçoar a página da internet e evitar o cúmulo de informações, pela alteração do parágrafo único ao artigo 3º: “o arquivo digital poderá ser retirado da área específica 1 (uma) semana após a publicação do resultado do sorteio”. Em relação a videoconferência, deixou de encampar a sugestão do relator, em virtude de sua utilização ainda exigir uma prévia preparação dos equipamentos necessários, o que futuramente nada impede que a tecnologia venha a ser incorporada. Por fim, considerou que a presença da entidade de classe seria burocratizar os sorteios, tornando-se desnecessária a previsão do artigo 4º, e sugeriu a expedição de convite à Associação. O Presidente encaminhou para discussão. A Corregedora-Geral manifestou seu posicionamento de que os sorteios pudessem ser realizados em qualquer local da instituição, desde que fosse gravado e divulgado o local dos sorteios. O Conselheiro Rafael Vernaschi acompanhou o entendimento. O Presidente avaliou a necessidade de consulta a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, a fim de obter informações sobre a viabilidade de gravação e disponibilização no portal da instituição. Sugeriu converter o julgamento do processo em diligência, e se comprometeu em trazer uma posição, após o retorno de férias do Coordenador da TI, previsto para daqui duas semanas. Por unanimidade, converter-se o julgamento do processo em diligência. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, converter o julgamento do processo em diligência, que a 1ª Subdefensoria Pública Geral colha manifestações técnicas circunstanciadas da viabilidade de disponibilização dos registros áudio visuais e disponibilização no portal da instituição. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Presidente sugeriu prorrogar a discussão para analisar em conjunto com os autos CSDP nº 135/11, que versam sobre o mesmo tema, e se aprovou por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 339ª Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 09 de agosto de 2013. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Presidente informou ter cobrado retorno pela Coordenadoria Geral de Administração sobre o parecer do processo, e ainda não teve retorno, estimando que na semana que entra terá o posicionamento. Reforçou o compromisso de retomar a discussão no início de agosto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 028/13. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública de Taubaté. Assunto: Pedido de afastamento para participar do III Curso de Educação em Direitos "Promotoras Legais Populares de Pindamonhangaba/SP". Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora informou que recebeu o retorno da diligência pela Edepe, e mostrou que ainda resta pendente de diligência a manifestação de um Defensor Público, no qual pediu a prorrogação do processo. O Presidente encaminhou para deliberação e se aprovou por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 039/13. Interessado: Fernando Rodolfo Merys Moris. Assunto: Impugnação ao regulamento do Concurso de Promoção prevista na Deliberação CSDP nº 244/12. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A representante



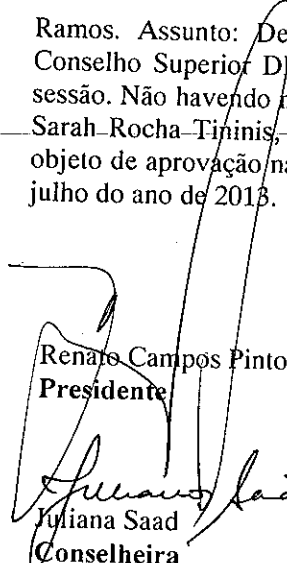
da Ouvidoria Geral, Samanta Romano proferiu a leitura do parecer reiterando a preocupação e os argumentos trazidos pelo proponente, e sustentou a possibilidade de pontuar em cursos de libras. A Conselheira Fabiana Zapata resgatou os pontos divergentes elencados em seu voto, e informou que na questão do curso de libras ela indeferiu a pontuação. O Presidente informou que há um projeto em curso no âmbito da Administração Superior que contempla a capacitação de Oficiais de Defensoria em libras em cada unidade, e informou que em breve os servidores estarão aptos para realizar um atendimento de primeiro nível (ou baixa complexidade) em cada órgão da Defensoria. A Conselheira Fabiana Zapata relatou que houve o afastamento de outros pontos em seu voto, mas sinalizou pelo provimento parcial ao pedido do interessado, apenas para revogar o inciso II do parágrafo 1º do artigo 7º da Deliberação CSDP nº 244/12. Após a discussão, o Conselheiro Davi Depiné votou por indeferir a impugnação do interessado, divergindo da relatora no tocante ao inciso II do § 1º da Deliberação CSDP 244/12. Mencionou que ao artigo 116 da Lei Complementar 988 evidencia que "dentre outros" fatores o critério de merecimento será fixado pelo Conselho Superior. Sinalizou que, no que tange ao curso de libras, há previsão de pontuação citando o inciso IV do artigo 116 da LC 988/06, justificando que o aprimoramento da cultura jurídica, bem como de natureza jurídica é constatada por meio de cursos especializados, sendo relevante para o serviço público prestado pelo Defensor à população destinatária. O Presidente encaminhou para deliberação, e se aprovou por maioria de votos, vencida a relatora que votava pela não pontuação no curso de libras, restando vencida também a Conselheira Franciane de Fátima Marques que acompanhou o voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho, rejeitar a impugnação do interessado. Vencida a Conselheira Fabiana Botelho Zapata e Franciane de Fátima Marques que votavam pelo acolhimento parcial da impugnação, no tocante a não pontuação no curso de libras. CSDP nº 050/13. Interessado: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 163/10 (que dispõe sobre compensação pela atuação dos Servidores da Defensoria Pública em atividades profissionais aos sábados, domingos e feriados). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 065/13. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. Revisor: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Processo - Interessado: 068/13 - Wladimir Alves Bittencourt. 069/13 - Julio Grostein. 071/13 - Rodrigo Vidal Nitrini. 072/13 - Juliana Saad. 073/13 - Maria Isabel Toledo Del Rio. 074/13 - Mariana Zakia Cavalcanti. 075/13 - Marina Diana Egydio Tedeschi Jardim. 076/13 - Fabio Jacyntho Sorge. 077/13 - Renata Simões Stabile Bucceroni. 078/13 - Fernanda Correa da Costa Benjamim. 079/13 - Fabio Mantovan dos Santos. 082/13 - Danielle Cristina Uemura. 083/13 - Eduardo Jacomo Teixeira. 085/13 - Marcos Henrique Caetano do Nascimento. 086/13 - Diogo Cesar Perino. 087/13 - Ricardo Gabriel Gomes Pedreira. 088/13 - Alessandro Valerio Follador. 089/13 - Rodrigo de Almeida Castro. 090/13 - Marta Morena Maluly Cardoso. 092/13 - Renan Oliveira Zanetti. 093/13 - Douglas Tadashi Magami. 094/13 - Rafael Folador Strano. 095/13 - Rafael Galati Sabio. 096/13 - Debora Lopes de Carvalho. 097/13 - Ana Helena Aiba Aguemí. 098/13 - Ana Carolina de Paula Machado. 099/13 - Rebeca Barbosa Leite da Freiria. 100/13 - Carlos Eduardo Targino da Silva. 101/13 - Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. 102/13 - Horacio Xavier Franco Neto. 103/13 - Marcia Harumi Kobuti. 104/13 - Silvia Pontes Figueiredo. 105/13 - Mike Luiz Sella da Costa. 107/13 - Roberta Marques Benazzi Villaverde. 108/13 - João Paulo dos Santos. 109/13 - Andre Vicentini Gazal. 110/13 - Flavio de Oliveira Frias. 111/13 - Ricardo Augusto Wiziack Zago. 113/13 - Monica Godano Schlotdmann. 114/13 - Mariana Costa de Paiva Bozo. 115/13 - Viviane Remondes Caruso. 116/13 - Fabiana Demate de Arruda Lemos. 117/13 - Fernanda Caccavali Macedo. 118/13 - Fabricio Keidy Arakaki. 119/13 - Felix Roberto Damas Junior. 120/13 - Marcelli Penedo Delgado Gomes. 121/13 - Vanessa Douradinho da Rocha Volpato. 122/13 - Giuliano D" Andrea. 123/13 - Luiza Ferreira Coelho. 124/13 - Ricardo Fagundes Gouvea. 125/13 - Rodrigo Cesar Jeronymo. 126/13 - Mario Henrique Ditticio. 127/13 - Guilherme Augusto Campos Bedin. 128/13 - Juliana Martins de Carvalho Monnerat. 129/13 - Fernanda Tatarí Frazão de Vasconcelos Bressane. 130/13 - Clarissa Portas Baptista da Luz. 131/13 - Augusto Gallego Pereira. 132/13 - Pietro da Silva Estabile. 133/13 - Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. 134/13 - Gustavo Rodrigues

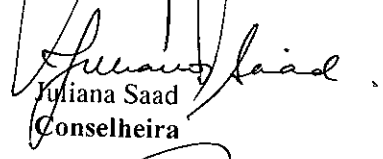
Minatel. 135/13 Carla Pinheiro. 136/13 - Bruno Girade Parise. 137/13 - Veronica dos Santos Sionti. 138/13 - Rodrigo Tadeu Bedoni. 139/13 - Patrick Lemos Cacicedo. 141/13 - Livia Correia Tinoco. 142/13 - Tatiana Aparecida Bordão da Silva. 143/13 - Matheus Assad João. 144/13 - Rene Robson Falcao de Moraes. 145/13 - Rodolfo Marques da Silva. 146/13 - Ana Paula de Souza Campos. 147/13 - Catia Maria Brolazo. 148/13 - Juliana Pascutti Ferreira de Oliveira. 149/13 - Amanda Cavalvante Ferverença. 150/13 - Karina Santos Salvador Marzagão. 151/13 - Bernardo Faeda e Silva. 152/13 - Roberta Prestes Abissamra. 153/13 - Lia Ruiz Lourenço. 154/13 - Bruno Bortolucci Baghim. 155/13 - Luciano Castrequini Bufulin. 156/13 - Simone Lavelle Godoy de Oliveira. 157/13 - Lais Rabello Zaros. 158/13 - Rodrigo Emiliano Ferreira. 159/13 - Caio Jesus Granduque Jose. 160/13 - Rosely Galvão Mota. 161/13 - Andre Spilari Bernardi. 162/13 - Juliana Maria Callegari Davansso. 163/13 - Alanderson de Jesus Vidal. 164/13 - Bruno Cesar da Silva. 165/13 - Ricardo Lourenço Dias Ferro. 166/13 - Fernando Catache Borian. 167/13 - Matheus Bortoletto Raddi. 168/13 - Ana Carolina Souza Reis Braga. 171/13 - Silvia Caniver Drago. 172/13 - Adriana Mas Rosa. 173/13 - Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. 174/13 - Fabricio Bueno Viana. 175/13 - Marina Costa Craveiro Silva. 176/13 - Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. 177/13 - Beatriz Sutti Ferreira. 178/13 - Thiago Santos de Souza. 179/13 - Flavio de Almeida Pontinha. 180/13 - Camila Paronetti Silva. 181/13 - Andrea da Silva Lima. 182/13 - Luciano Pereira de Andrade. 183/13 - Orivaldo de Sousa Ginel Junior. 184/13 - Roseleine Aparecida da Silva. 185/13 - Jonas Zoli Segura. 187/13 - Leandro de Castro Gomes. 188/13 - Joao Guilherme Ponzoni Marcondes. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 067/13. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de indicação de Defensor Público para compor o Conselho da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 186/13. Interessada: Sonia Fontoni. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 189/13. Interessada: Danielle Rinaldi Barbosa. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Santo André / Para: Unidade Santos). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 190/13. Interessado: Vilmar Douglas de Souza Pimenta. Assunto: Pedido de afastamento para participação parcial para cursar a disciplina de estágio curricular do curso de pós-graduação "Especialização em Psicopatologia e Saúde Pública", no período de 01 de outubro a 19 de novembro de 2013. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A Conselheira Juliana Saad manifestou concordância com o voto da relatora e não proferiu o voto vista. O Presidente encaminhou para votação e se aprovou por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 201/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 152/10 (que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciários). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir a proposta de alteração, bem como pelo não conhecimento do pedido referente à alteração do ato normativo das Subdefensorias. Votou ainda, encaminhar os autos à Defensoria Pública Geral, a fim de recomendar a Segunda e Terceira Subdefensorias realizar estudo sobre a demanda existente em cada Regional, que realiza plantão judiciário no Estado. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Luciano propôs expressa menção à deliberação que trata da tramitação

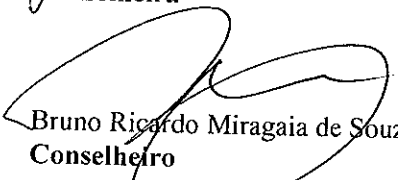
prioritária de casos de Violência Doméstica e Familiar, no âmbito da Defensoria Pública do Estado. O Presidente encaminhou para votação e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto do relator. Deliberou ainda, aprovar o acréscimo proposto pelo Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, deferir a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 278, de 19 de julho de 2013, a ser publicada oportunamente, e deliberou não conhecer o pedido de alteração do ato normativo remetendo-se os autos à Defensoria Pública Geral. Deliberou ainda, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta, acolher a proposta de acréscimo, para incluir a expressa menção à Deliberação CSDP nº 138/09. CSDP nº 202/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de sugestões, nos termos do artigo 31, inciso XVIII, da Lei Complementar nº 988/06. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de não conhecer o pedido e encaminhar a proposta a Defensoria Pública Geral para análise das sugestões do proponente no âmbito da Administração Superior. O Presidente encaminhou para deliberação e se aprovou por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, não conhecer o pedido, remetendo-se os autos à Defensoria Pública Geral do Estado. CSDP nº 203/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2012 a janeiro de 2013). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 207/13. Interessados: Conselheiros Eleitos do Conselho Superior da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de edição de ato deliberativo. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 209/13. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Diadema. Assunto: Proposta de criação de novo cargo para a Unidade de Diadema. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 211/13. Interessado: João Guilherme Ponzoni Marcondes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 244/12 (que regulamenta o concurso de promoção na carreira de Defensor Público do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/13. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (abril de 2012 a outubro de 2012). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 077/11. Interessado: Thiago de Luna Cury. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 030/11. Interessado: Douglas Ribeiro Basílio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 013/11. Interessado: Bruno Cesar da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 040/11. Interessado: Gustavo Rodrigues Minatel. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 024/11. Interessado: Daniel Mobley Grillo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 063/11. Interessada: Milena Jackeline Reis. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 020/11. Interessada: Cecilia Fonseca Bandeira de Melo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 066/11. Interessado: Paulo Arthur Araujo de Lima

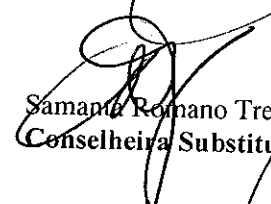


Ramos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tinini, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezoito dias do mês de julho do ano de 2013.

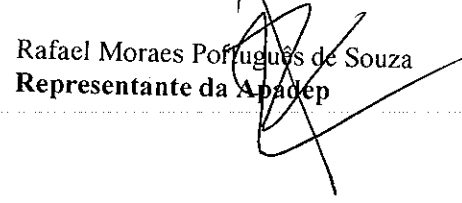

Renato Campos Pinto De Vitto
Presidente

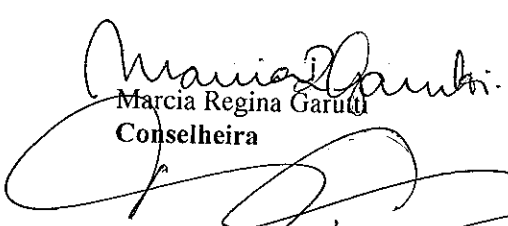

Juliana Saad
Conselheira


Bruno Ricardo Miragaia de Souza
Conselheiro


Samanta Romano Tresinari Granjeiro
Conselheira Substituta


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro

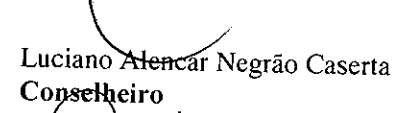

Rafael Moraes Poffugues de Souza
Representante da Apadep


Marcia Regina Garutti
Conselheira


Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro


Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro


Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro